

Professores podem ter desconto salarial maior caso faltem as aulas

Em 2025, cerca de 20 milhões de aulas não aconteceram por ausência de professores

Por Raphaela Cordeiro

O Projeto de Lei 1316/2025, que propõe mudanças na carreira do magistério estadual paulista, gerou debate entre parlamentares, representantes do governo e entidades da educação durante audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), na quarta-feira (10). Entre os pontos mais discutidos estão alterações nas regras de faltas dos professores e a ampliação da avaliação de desempenho na rede estadual de ensino.

Encaminhado pelo Executivo no fim do ano passado, o projeto altera oito leis complementares que regem a carreira do magistério paulista. Segundo representantes da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc), a proposta busca atualizar normas da carreira docente e garantir maior continuidade no processo pedagógico nas escolas.

Um dos pontos centrais do texto prevê mudanças no regime de faltas. Caso o projeto seja aprovado, professores que faltarem a mais de uma aula no mesmo dia poderão ter desconto salarial referente ao dia inteiro, mesmo que tenham ministrado outras aulas naquela data. Além disso, quatro faltas-aula registradas ao longo de um mês serão convertidas em uma falta-dia.

De acordo com o secretário-executivo da Seduc, Vinícius



Rodrigo Romeo/Alesp

Entre os pontos estão alterações de regras de faltas e a ampliação da avaliação de desempenho

Neiva, a medida tem como objetivo reduzir o absenteísmo na rede estadual. Segundo ele, somente no ano passado cerca de 20 milhões de aulas deixaram de ser ministradas devido à ausência de professores.

“Estamos tentando regulamentar essa situação para garantir que o aluno tenha continuidade no processo pedagógico, sempre com a presença do professor”, afirmou. O secretário-executivo destacou ainda que esse trecho do projeto continua em discussão e pode sofrer ajustes durante a

tramitação na Alesp.

Outro ponto que gerou críticas durante a audiência foi a ampliação do uso da avaliação de desempenho nas escolas estaduais. Pela proposta, os resultados dessas avaliações poderão ser utilizados como critério para progressão na carreira e, em alguns casos, podem levar à remoção do professor da unidade escolar onde atua.

Parlamentares da oposição e representantes de entidades da educação demonstraram preocupação com a medida. A deputada

Professora Bebel (PT) afirmou que o projeto introduz uma lógica empresarial no ambiente escolar e transforma a avaliação em um mecanismo punitivo.

“Há uma transposição da visão empresarial para a prática pedagógica. A avaliação deixa de ter um caráter diagnóstico para se tornar punitiva”, disse a parlamentar durante o debate.

Representantes do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) também criticaram a proposta. Para o secretário de

Finanças da entidade, Roberto Guido, avaliações educacionais devem servir para identificar dificuldades e melhorar o processo de ensino, e não para classificar ou penalizar profissionais.

“O professor sempre defendeu uma avaliação que seja instrumento de diagnóstico e melhoria da aprendizagem. Não concordamos com modelos que tenham caráter punitivo”, afirmou.

Por outro lado, parlamentares da base governista defenderam as mudanças. O líder de Governo em exercício na Alesp, deputado Tomé Abduch (Republicanos), afirmou que a rede estadual precisa de critérios mais claros de acompanhamento do trabalho docente.

“Os professores precisam ser avaliados. É necessário analisar frequência, resultados dos alunos e o trabalho desenvolvido nas escolas. Para colocar ordem na casa, precisamos de normas claras”, disse.

A audiência pública reuniu parlamentares, representantes da Secretaria da Educação e membros da comunidade escolar. Segundo o deputado Gilmaci Santos, que coordenou o encontro, as contribuições apresentadas durante o debate poderão resultar em ajustes no texto ao longo da tramitação do projeto na Assembleia Legislativa, antes da votação em plenário e das etapas finais de discussão entre os deputados.

Detran autoriza exame prático de 2 categorias no mesmo dia

Divulgação/Governo de SP

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) implementou mudanças no processo de formação de condutores para facilitar o acesso da população à primeira habilitação. Agora, quem não encontrar vaga para exame prático na cidade onde mora em um período de até 15 dias corridos após a solicitação pode agendá-lo em um município vizinho. Além disso, passa a ser possível fazer a prova de direção de duas categorias diferentes no mesmo dia: carro e moto, por exemplo.

Nos casos de agendamento em outro município por ausência de vagas, a autoescola deverá disponibilizar veículo para a realização do exame.

Outra mudança implementada se dá nos exames práticos de pessoas com deficiência (PcD), que passam a contar com o apoio



Será possível fazer a prova de carro e moto no mesmo dia

do tablet para o registro de resultados da Junta Médica Especial (JME) e da prova realizada pelo candidato PcD. O uso do tablet, com acesso direto e integrado ao sistema do Detran-SP, torna o processo mais rápido e eficaz.

“As atualizações visam redu-

zir o tempo de espera, aumentar a eficiência operacional, padronizar procedimentos e proporcionar maior celeridade e segurança na gestão dos exames e agendamentos”, diz Talita Rodrigues, diretora de Habilitação e Condutores do Detran-SP.

SP inaugurará quatro Fatecs e uma Etec

O governador Tarcísio de Freitas assinou decreto que cria quatro Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e uma Escola Técnica Estadual (Etec) no estado. A medida, publicada no Diário Oficial, amplia a oferta do Ensino Superior Tecnológico e do Ensino Técnico em São Paulo.

As novas Fatecs ficam em Ilha Solteira, Paulínia, Suzano e Limeira. As unidades de Ilha Solteira, Paulínia e Suzano iniciaram atividades em fevereiro, enquanto a implantação da faculdade de Limeira está prevista para 2027. Com as novas instituições, o Centro Paula Souza passa a administrar 87 Fatecs e 229 Etecs.

Em Ilha Solteira, a Fatec oferece 40 vagas noturnas no curso de Desenvolvimento de Software Multiplataforma e funciona em parceria com a Universidade Estadual Paulis-

ta. Em Paulínia, a graduação inicial é em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com 35 vagas no primeiro semestre.

Em Suzano, os cursos oferecidos são Gestão da Produção Industrial e Redes de Computadores, com investimento estadual de R\$ 29,1 milhões na construção da unidade.

Além das novas faculdades, Boituva passa a contar com a Etec Vereador Valdivino Antônio Marcusso, ampliando para 19 o número de escolas técnicas na Região de Sorocaba. A unidade oferece 105 vagas em cursos técnicos e ensino médio integrado.

Segundo o governo, o estado investe em mobiliário, equipamentos e manutenção das unidades, enquanto o Centro Paula Souza fica responsável pelos cursos, seleção de alunos e contratação de professores.